

Parlamentares ouvem Mailson e insistem na anistia

Da Sucursal de Brasília

O ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, reuniu-se ontem durante cerca de duas horas com 23 parlamentares para discutir as emendas constitucionais que prevêem a anistia da correção monetária das dívidas dos microempresários e pequenos e médios produtores rurais. A reunião não propiciou uma solução para o problema mas ficou acertado que Mailson indicaria uma comissão de técnicos do ministério para tentar chegar a uma proposta consensual com os parlamentares. Estes por sua vez informaram ao ministro —segundo o deputado Ricardo Fiuza (PFL-PE)— que se não

houver uma solução consensual (onde estaria incluído algum tipo de anistia) as emendas serão aprovadas pelo Congresso constituinte.

A reunião, realizada na sede do ministério, iniciou-se com Mailson apresentando os encargos financeiros decorrentes da aprovação das emendas. Segundo ele, o montante total da anistia prevista pelas três emendas —do senador Monsueto de Lavor (PMDB-MG) e dos deputados Humberto Souto (PFL-MG) e Ziza Valadares (sem partido-MG)— é de US\$ 10 bilhões, ou cerca de Cz\$ 1,69 trilhão pelo câmbio oficial (dos quais, Cz\$ 880 bilhões do Banco do Brasil).

Deste total, segundo cálculos efetuados pela Secretaria Especial de Assuntos Econômicos (Seae) do ministério, cerca de Cz\$ 520 bilhões seriam decorrentes apenas da emenda do deputado Humberto Souto, que prevê a anistia das dívidas bancárias dos microempresários e pequenos e médios produtores rurais das áreas da Sudene, Sudam e Vale do Jequitinhonha (MG) que provarem a impossibilidade de pagamento de suas dívidas.

Os parlamentares duvidam dos dados apresentados pelo ministro. Segundo o senador Monsueto de Lavor, sua emenda representa um ônus de "apenas" Cz\$ 183 bilhões. Ele qualificou a atitude de Mailson

de "terrorismo numérico". "Queremos negociar, mas deixar claro que se não houver acordo a emenda será aprovada", disse. Sua emenda, afirmou, vai atingir 10 milhões de microempresários e produtores rurais, além de 17 milhões de empregos.

O deputado Ziza Valadares também considerou "mentirosos" os números apresentados pelo ministro. Ele afirmou que a reunião iniciou-se com um "clima pesado", com o ministro apresentando os dados coletados por sua equipe econômica. Mas em seguida os autores das emendas pediram que o ministro comprovasse os números,

ao que tiveram como resposta: "Os dados são reais, mas ninguém acredita no governo", relatou Valadares.

Já o deputado Ricardo Fiuza afirmou que há dois pontos que devem ser levados em conta durante a negociação: a situação dos empresários e produtores rurais, "inviabilizados pelo Plano Cruzado", e as consequências da aprovação das emendas. "Não interessa aos parlamentares quebrar o sistema financeiro", disse.

Com Ulysses

Depois de se reunir pela manhã com parlamentares para discutir as emendas constitucionais que prevêem a anistia para dívidas bancá-

rias dos microempresários e pequenos e médios produtores rurais —e almoçar com as lideranças do governo no Congresso constituinte para tratar do mesmo assunto—, o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, encontrou-se no final da tarde com o presidente interino, Ulysses Guimarães, no Palácio do Planalto.

Mailson levou a Ulysses os dados levantados pelo Banco Central sobre o quanto representaria a anistia dos empréstimos. O presidente interino se mostrou sensibilizado com o problema, concordando com o ministro que o "assunto é grave" e precisa ser solucionado.

Gadelha defende negociação

Da Sucursal de Brasília

O líder do PFL no Senado, senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), disse ontem, à saída de um almoço com o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, que se não houver uma solução consensual sobre a anistia de correção monetária das dívidas bancárias dos pequenos e médios empresários o governo não encaminhará nenhuma proposta. "O governo não pode arcar com duplo prejuízo: político e financeiro", afirmou. Para ele, "o governo já vai bancar a conta" e não poderia também "contrair impopularidade por força da intransigência de uma das partes".

A solução possível para o governo, segundo o senador, seria a negociação com os parlamentares. Estes retirariam suas emendas do substitutivo das Disposições Transitórias da Constituição e, em troca, o governo se comprometeria a remeter um projeto de lei ao Congresso, com teor acertado durante a negociação.

Gadelha diz acreditar que qualquer uma das três emendas —dos deputados Ziza Valadares (sem partido-MG) e Humberto Souto (PFL-MG) e do senador Mansueto de Lavor (PMDB-MG)— ou mesmo sua fusão provocaria uma reação muito forte dos bancos e portanto não resultariam em uma solução con-

sensual. Para o senador, se a votação fosse hoje as emendas seriam aprovadas por uma margem superior a 350 votos.

"As lideranças não podem fazer mágica", enfatizou Gadelha, acrescentando que deve haver uma solução "razoável", onde banqueiros e empresários "demonstrem flexibilidade". Participaram do almoço, além dele, os líderes do governo na Câmara e no Senado —deputado Carlos Sant'Anna (PMDB-BA) e senador Rachid Saldanha Derzi (PMDB-MS)—, líder do PFL na Câmara —deputado José Lourenço (PFL-BA)— e o presidente do Banco do Brasil, Mário Berard.

Segundo Gadelha, Mailson não fez nenhuma proposição, nem disse até onde poderia chegar. Mas se mostrou receptivo à discussão, prometendo estudar todas as propostas. Os problemas levantados pelo ministro durante o almoço, como decorrentes da anistia, foram os altos encargos para o Tesouro Nacional, o aumento do déficit público, o precedente que se criaria sobre todos os contratos comerciais, a possibilidade de outros setores inadimplentes entrarem na Justiça com base no preceito de isonomia constitucional e o fato de o ônus a ser arcado pelo Tesouro superar as despesas do governo na área social (como os gastos com saúde, por exemplo).

Bornhausen afirma que os bancos recorrerão à Justiça

Luiz Novaes



Bornhausen (à esq.) e Bucchi, ontem, durante o almoço promovido pelos bancos

Da Sucursal de Brasília

O presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (CNIF), Roberto Bornhausen, disse ontem, em Brasília, que os bancos entrarão na Justiça se o governo não assumir o pagamento caso o Congresso constituinte aprove a anistia para as dívidas contraídas durante a vigência do Plano Cruzado. "O crédito é uma propriedade. Se o governo não assumir o pagamento, será um confisco e qualquer tribunal dará (aos bancos) ganho de causa."

Bornhausen, que participou de almoço promovido pela Associação Brasileira dos Bancos Comerciais Estaduais (Asbace), avaliou em Cz\$ 1,6 trilhão o prejuízo do sistema financeiro com a anistia. A proposta em discussão no Congresso constituinte foi qualificada pelo presidente da CNIF como "uma interferência do poder público em contratos de duas partes privadas". Para Bornhausen, a anistia é também um incentivo à ineficiência: "Não é justo o governo ter que pagar débitos de empresários mal sucedidos no momento em que ele congela a URP (Unidade de Referência de Preços) e corta gastos."

O presidente da CNIF —e também membro do Conselho Monetário Nacional (CMN)— disse ainda que os maiores prejudicados com a anistia

"serão os próprios pequenos e médios empresários", que terão o acesso ao crédito dificultado.

O diretor da Área Bancária do Banco Central (BC), Wadico Waldir Bucchi, também presente ao almoço, confirmou o prejuízo estimado por Bornhausen, mas disse que o número "exclui as perdas que serão assumidas pelos bancos de desenvolvimento".

Para Bucchi, a aprovação da anistia significará um "desarranjo geral no sistema financeiro e na economia" e funcionará como uma "bomba de retardar" para o Estado, "já que 70% do prejuízo estimado serão absorvidos por instituições governamentais".

Já o anfitrião José Soares Nutto, presidente da Asbace, afirmou que "os bancos estaduais terão um prejuízo da ordem de Cz\$ 250 milhões". Segundo ele, 80% dos empréstimos deste segmento do sistema bancária são destinados a pequenos e médios empresários. A Asbace, disse, não tem "qualquer contraproposta a apresentar aos parlamentares". Mas, na avaliação de Nutto, uma solução para o problema da inadimplência poderia partir da emenda do deputado Humberto Souto (PFL-MG), diferenciando o tratamento para as pequenas e médias empresas sediadas no Norte, Nordeste e Vale do Jequitinhonha.